



EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS ARRANJOS DO SISTEMA CAPITALISTA

Beatriz Dantas Gomes Bezerra¹

Carmem Lúcia Néó Alves²

Mirley Jordana Fernandes da Silva³

RESUMO

A educação perpassa pela vida de todas as pessoas, seja pelo viés da educação libertadora ou pela educação bancária. O objetivo central é apreender a educação pública como direito social e a sua importância diante das estratégias do sistema capitalista neoliberal. Outrossim, veremos os posicionamentos do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, no qual fez arranjos que sucatearam a educação pública do país. A presente pesquisa valerá-se do materialismo histórico-dialético como método. Como resultados da pesquisa, um dos modelos de educação no ideário da classe dominante se baseia no fortalecimento da Escola “sem” Partido, a fim de reprimir a consciência de classe e o exercício da criticidade. Portanto, a luta pelo modelo de educação pública, democrática, laica e de qualidade põe-se como desafio e pauta nas lutas em defesa da presente política social pública.

Palavras-Chave: Educação pública. Escola “sem” Partido. Direitos.

ABSTRACT

Education pervades the lives of all people, whether through the bias of liberating education or banking education. The central objective is to apprehend public education as a social right and its importance in the face of the strategies of the neoliberal capitalist system. In addition, we will see the positions of the former president of Brazil, Jair Messias Bolsonaro, in which he made arrangements that scrapped the country's public education. The present research uses historical-dialectical

¹ Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharel em Serviço Social (UERN). Especialista em Atenção Básica e Saúde Materno-Infantil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Serviço Social e Instrumentalidade pela Faculdade Única. E-mail: beatrizbezerra@hotmail.com

² Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais da UERN. Bacharel em Serviço Social (UERN). E-mail: carmemneovalves@gmail.com

³ Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais da UERN. Bacharel em Serviço Social pela UERN. E-mail: mirleyjordanaaa@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO





materialism as a method. As a result of the research, one of the models of education in the ideology of the ruling class is based on the strengthening of the School "without" party, in order to repress class consciousness and the exercise of criticality. Therefore, the struggle for the model of public, democratic, secular and quality education stands as a challenge and agenda in the struggles in defense of the present public social policy.

Keywords: Public education. School "without" party. Rights.

1 INTRODUÇÃO

No presente estudo, o objetivo central é apreender a educação pública como direito social e a sua importância diante das estratégias do sistema capitalista neoliberal. Outrossim, veremos os posicionamentos do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, no qual fez arranjos que sucatearam a educação pública do país. Desvelaremos os multiformes ataques à política pública de educação, sob o viés metodológico materialista histórico-dialético. Nessa perspectiva, refletir sobre a educação enquanto campo de disputa pelo capital faz-se necessário, tendo em vista um contexto sócio-político acirrado, com aumento da desigualdade social e das expressões da questão social. Compreendendo a formação histórica e social do Brasil, pelas bases do escravismo e do colonialismo, entendemos que desde então, os direitos sociais socialmente conquistados, além de serem campo de disputa, são também alvos de desmonte, precarização e privatização.

Para tanto, compreender as estratégias do capitalismo neoliberal nesse cenário em forma de ameaças à educação pública é relevante pois reafirma a existência da luta de classes entre o capital *versus* trabalho. Outrossim, evidencia o processo de disputa da extrema-direita conservadora para a manutenção da ideologia dominante capitalista, no qual mascara a mercantilização da educação, sob a égide do discurso moral em nome de “Deus, Pátria e família”.

2 EDUCAÇÃO PÚBLICA: PROJETO EM DISPUTA PELO CAPITAL



De acordo com a Constituição Federal de 1988 a educação constitui um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Ademais, a constituinte além de ter ampliado a concepção dos direitos sociais, reconheceu também o direito universal à educação básica, e com destaque trouxe para os marcos da lei o direito às pessoas com deficiência. Para tanto, Coutinho (1997), afirma que os direitos sociais implicam para além do reconhecimento legal, mas a luta para torná-los efetivos. É nessa direção que os embates nas relações sociais no sistema capitalista são apresentados com rigor, pelas vias da repressão e do consenso.

A educação, num sentido amplo, baseia-se na transmissão do conhecimento a fim de alcançar objetivos de aprendizagem como hábitos, costumes, linguagem, que requer a busca do saber. Para além disso, sob a óptica das autoras, “A educação ocupa um lugar central no imaginário brasileiro: ela aparece com frequência como a saída possível para todas as expressões da questão social do país” (CISNE, MANO, OLIVEIRA, 2017, p. 632).

Para além do conceito da transmissão do conhecimento, a educação se realiza num papel determinante para a construção social – podendo ser construída com base na perspectiva conservadora ou numa perspectiva emancipatória. Outrossim, educação bancária e/ou burguesa ou educação libertadora, nos termos de Paulo Freire (1986). A realização da educação na perspectiva conservadora – leia-se baseada na ideologia dominante - compromete o saber num sentido restrito, no qual o ensino é tão somente para atender determinadas funções sociais, como a produtividade. Destarte, “[...] Investir na educação vem se constituindo em uma estratégia para o aumento de informações, conhecimentos, habilidades e valores a serviço dos interesses do capital” (GUERRA, CARRARA E MARTINS, 2022, p. 572).

Nessa compreensão da educação bancária, os autores afirmam que “Os estudantes são excluídos da busca, da atividade do rigor. As respostas lhes são dadas para que as memorizem. O conhecimento lhes é dado como um cadáver de informação – um corpo morto de conhecimento – e não uma conexão viva com a realidade deles (FREIRE E SHOR, 1986, p. 11)”.



O peso da formação social e histórica carregamos até os dias atuais. O contexto brasileiro no sistema capitalista é de um país subserviente desde a sua colonização, trazendo consigo marcas de subordinação e dependência. Nesse contexto histórico, o autor relata que:

O Brasil, no contexto do capitalismo mundial, estruturou-se sob o signo colonizador e escravocrata e, como tal, produziu uma das sociedades mais desiguais e violentas do mundo. Das burguesias clássicas que lutaram para constituir nações autônomas e independentes e que, mesmo cindidas em classes, estruturaram sociedades com acesso aos direitos sociais básicos, diferentemente dessas, *a burguesia brasileira sempre foi antinação, antipovo, antidireito universal à escola pública*. Uma burguesia sempre associada de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital. (FRIGOTTO, 2017, p. 20, grifos do autor).

A ideologia dominante tem um papel central na disseminação sobre as instituições asseguradas socialmente, à exemplo da Igreja e do Estado. A falácia no contexto de ditadura civil-militar no Brasil, no qual ganhou voz a onda conservadora proclamando em defesa de “Deus, Pátria e Família” tem se perpetuado. As instituições acabam, por sua vez, falseando a realidade, como Marx e Engels (1998) alegam. Os espaços para a formação social na educação, bem como os docentes sofrem com a “[...] ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade” (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

Assertivamente, não é de agora a tentativa da classe dominante de desmobilizar as lutas em defesa de direitos sociais da classe trabalhadora. Conforme Frigotto (2017, p. 21) explica,

A grande mídia monopolizada reeditava, com pequenas nuances, o discurso moralista que justificou o golpe civil militar de 1964, sob o signo de “Deus, Pátria e Família”, contra o perigo do comunismo. Então, a mídia, máquina de moer cérebros, conseguiu transformar a vida do *playboy* Collor de Mello em exemplo de moral familiar; e, Lula da Silva, por ter uma filha antes do casamento, em mau exemplo e em obstinado líder que iria destruir a família, implantar o comunismo, abolir a propriedade privada e perseguir a religião.



Enquanto a disseminação de discursos religiosos fundamentalistas e do olhar sob a óptica individualista ganha força, o capital utiliza das suas táticas e estratégias em busca da taxa de lucro. Com isso, a fim de ampliar o conceito de educação como mercadoria, estes abrem alas para o grande mercado. De acordo com as autoras,

No Brasil, em 2014, a Kroton se fundiu com o grupo Anhanguera Educacional e se tornou a maior empresa de educação do mundo – no que concerne ao seu capital e número de alunos (cerca de 1,5 milhão). Desenvolveu o seu próprio modelo de educação, o Kroton Learning System 2.0, e atua em todos os níveis, desde o ensino básico até os cursos livres e preparatórios. Através da sua holding, a Cogna Educação, o grupo também atua no setor de línguas, elaboração de material didático, oferta de serviços e gestão de escolas (EXAME, 2019). **Essa breve digressão teve como intuito demonstrar que os interesses do capital com a educação são sinceros, tanto como um “tesouro” a ser explorado até às últimas consequências quanto como uma forma de difundir sua ideologia e disputar as consciências** (GUERRA, CARRARA E MARTINS, 2022, p. 576, grifos do autor).

A expansão em nível mundial das empresas elucida que a educação é um campo de disputa nas relações sociais no sistema capitalista. Não se trata de se beneficiar estritamente com o lucro, mas de colidir com os investimentos na educação pública do país, tendo em vista que sofre rebatimentos com as privatizações. Moreira (2019, p. 452) revela que

A nova fase do privatismo e da certificação em larga escala na educação nacional revela a atual face das disputas entre concepções antagônicas de educação pública e gratuita. O arrefecimento da educação escolar no nível médio agudiza a desigualdade historicamente impressa no direito à educação universal de qualidade no Brasil, adequa a baixa formação intelectual às condições do trabalho socialmente necessário em tempos de recessão econômica e ataca a capacidade organizativa dos trabalhadores em educação (MOREIRA, 2019, p. 452).

Tais medidas não afetam somente os estudantes, mas também a categoria de profissionais da docência, no qual se submetem ao trabalho polivalente, precarizados, na perspectiva de gerir o trabalho de maneira aligeirada, salários baixos e ainda super explorados pelo capital. As condições de trabalho desfavoráveis e a exploração da classe trabalhadora são consequências da influência de ideologias econômicas e



políticas, como o neoliberalismo e suas variantes, como o ultraneoliberalismo e o ultraneoliberalismo e o ultraneoliberalismo.

Segundo Borges e Matos (2020), no contexto brasileiro, houve uma reorientação da prática política devido a um ciclo de ultraneoliberalismo, acompanhado de uma intensificação do conservadorismo de direita, denominada como ultraneoliberalismo. Essa conjunção de forças busca naturalizar desvalores e legitimar o neofascismo, afetando diretamente a classe trabalhadora. Essa abordagem representa uma nova fase do planejamento neoliberal caracterizada pela articulação de programas ultraconservadores.

Além disso, desmembra a classe trabalhadora para participar de movimentos sociais em prol da categoria da docência. “Isso porque o trabalho no capitalismo não é, em si, um bem. Ao contrário, o trabalho, sob relações capitalistas de exploração, produz alienação, destitui o homem da propriedade de sua força de trabalho, obriga o trabalhador a submeter-se a atividades ignóbeis a qualquer preço” (BOSCHETTI, 2009, p. 5).

Nesse sentido, a educação pública e de qualidade vem perdendo sua prioridade na lógica de ampliar em forma de conquistas para a sociedade. Os direitos sociais não advêm para as classes populares em forma de bem-estar do governante, mas de lutas sociais atrelada à pressão dos movimentos sociais.

Entende-se, portanto, que a efetivação dos direitos sociais, como a garantia da educação pública, não interessa à classe dominante. Ao contrário, tenta suprimi-lo. O Portal G1 notifica por meio de Bianca Lima e Ana Paula Castro (Lima; Castro, 2022) que a educação básica (que inclui a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) tem menor previsão orçamentária em 11 anos. O projeto do atual (des) governo, proveu o corte de 33% na política pública de educação do Brasil para o ano de 2023. De acordo com o noticiário, o novo FUNDEB, que foi alterado em 2021, passou a exigir maior participação do governo federal. Porém, este fato justifica cortar bruscamente recursos para a educação pública, tendo em vista que o fundo é destinado ao pagamento de recursos humanos na educação (funcionários e docentes).



Destarte, as ações previstas como: a expansão de escolas em tempo integral sofre com o corte de -95,6%; construção e reformas em creches e escolas -97%; aquisição de veículos para transporte escolar -95,7% (Lima; Castro, 2022). Os dados acima constituem a inviabilização de todas as ações descritas que são fundamentais e atacam a educação enquanto direito social.

Efetivamente, os direitos sociais são alvos de cooptação ideológica para atender a lógica dominante de fortalecer os seus interesses e, em razão disso, há correlação de forças entre as classes populares e a classe dominante e o Estado. Entendendo a educação como campo de disputa, a prioridade do poder dominante hegemônico é desmobilizar as classes populares para reivindicar os direitos sociais (COUTINHO, 1997). “[Na] atual fase do neoliberalismo, a burguesia – tendo em vista seu projeto de desenvolvimento em um capitalismo periférico e dependente – jamais planejou efetivar a educação pública como um direito social universal, democrático e de qualidade” (MOREIRA, 2019, p. 454).

Coutinho (1997) considera que cidadania é ter direitos, é ter voz e ser representado; também é um conjunto de direitos e deveres. É equidade e igualdade, democracia efetiva, é ter liberdade. Para o autor, a cidadania constitui a capacidade de acessar os bens que produzimos coletivamente. O autor pontua, na perspectiva de Marshall, que os direitos sociais permitem ao cidadão a participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade. A ampliação do conhecimento, da educação pública e da própria cidadania se choca com a lógica privatista do capital (MARSHALL *apud* COUTINHO, 1997).

Contudo, o sistema capitalista se organiza para viabilizar as necessidades da classe dominante. O neoliberalismo é uma ferramenta que fortalece a lógica de afastar as políticas sociais públicas para as classes populares; isso graças as novas formas de precarizar e sucatear a educação pública. A democracia e a cidadania atrapalham os negócios da classe dominante, por isso a ousadia de individualizar as expressões da questão social, como forma de desresponsabilizar o Estado. Vale pontuar que não é um projeto de hoje, mas foi fortalecido e engendrado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Vejamos:



[...] foram os oito anos [...] com sua total submissão às políticas neoliberais comandadas pelos centros hegemônicos do capital. Oito anos de venda do país, mediante privatizações e desmontes da educação e da saúde pública. Um governo alinhado e subserviente ao imperialismo norte-americano e de costas para a América Latina (FRIGOTTO, 2017, p. 21).

Não diferentemente, é nítido que a força que conseguiu eleger Jair Bolsonaro à presidência da república no Brasil em 2018, o então conhecido como o “mito”, forjou por vias da cooptação ideológica pelas instituições religiosas, na qual foram de total relevância na disseminação do discurso em nome de “Deus, Pátria e Família”. Outrossim, para fortalecer o ideário da Escola “sem” partido e da ideologia de gênero. Nos termos de Marx e Engels “[...] a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também é o poder *espiritual dominante*” (1948, p. 48).

Consoante a este fato, Frigotto (2017, p. 24) aponta em nota de rodapé que:

Um indicativo de que a classe burguesa brasileira está organizada em seu pluralismo se expressa pelo trabalho de seus intelectuais orgânicos na disputa hegemônica. O viés moralista da operação jurídico-policial Lava Jato, as denominações “Escola sem Partido” e “Todos pela Educação” são construções de linguagem elaboradas e que têm grande apelo no senso comum, especialmente da classe média, mas não apenas dela.

O programa sobre a escola “sem” partido tem se popularizado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), com o discurso da neutralidade como elemento central. Em outras palavras,

[...] a organização Escola sem Partido se autointitula como um movimento que engloba estudantes e familiares “[...] preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Principalmente através de um portal eletrônico, o coletivo veicula suas ideias e procedimentos de vigilância, controle e criminalização daqueles profissionais de educação e materiais didáticos avaliados como de práticas e caráter doutrinário (MOREIRA, 2019, p. 450).

As relações sociais no sistema capitalista são estruturadas para que a sociedade aceite o conhecimento repassado, como se fossem “depósitos”. Quando na realidade o questionamento, a crítica carregada de reflexões sobre o cotidiano, se



fazem necessárias para construção do modelo de educação libertadora e emancipatória. Nos termos do autor, a ideologia corporifica-se, ou seja, são elementos atrelados à realidade social (MARX E ENGELS, 1998). Mesmo assim,

“[...] a ideologia defendida pelo Escola “sem” partido tem base material, histórica. Não são meras ideias que se difundem pelo ar. Em momentos de crise, como a que atravessamos, a irracionalidade ganha vulto, responsabilizando moralmente os indivíduos” (CISNE, MANO, OLIVEIRA, 2017, p. 637).

No teor das relações sociais de classe, a educação libertadora com viés emancipatório ameaça o sistema capitalista. A tentativa de enfraquecer e limitar o conhecimento de diversas pessoas, privando o docente em sala de aula de ensinar numa perspectiva crítica da realidade, privilegia à classe dominante na continuidade e manutenção do projeto hegemônico de educação. Paulo Freire pontua que:

Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos. [...] À nossa cultura fixada corresponde a nossa inexperiência do diálogo, da investigação, da pesquisa, que, por sua vez, estão intimamente ligados à criticidade, nota fundamental da mentalidade democrática. (FREIRE, 1967, p. 96).

Ora, o que interessa ao capital é a produção da força de trabalho. Ou seja, reiteradamente a formação crítica-humana nas escolas e nas universidades são incompatíveis com o modelo ideal na perspectiva liberal. As propostas de educação da escola “sem” partido e as ações não são neutras. Ao contrário, tendem a refletir o ideário hegemônico dominante, consentindo a moralidade em nome de “preservar” a família e os bons costumes patriarcais.

A educação no âmbito das escolas, no avançado capitalismo neoliberal, reprime a consciência crítica dos estudantes sobre a realidade social e acaba desenvolvendo um “consenso” na lógica da “paz social”. Uma “paz social” reprodutora do sistema capitalista, formando pessoas para enxergarem na transformação, na mudança real, a marginalização condenável, sobretudo, rotulados como dogmáticos, extremistas e utópicos (FALEIROS, PRONKO E OLIVEIRA, 2010). Na realidade, constitui-se “[...] uma fase histórica de maior criminalização de movimentos sociais e



políticos da esquerda e de recrudescimento do moralismo, da cultura do medo e da violência” (MOREIRA, 2019, p. 450).

Nesse sentido,

A sociedade capitalista, por mais hipócrita que isso possa parecer, se autoproclama a sociedade da harmonia. O indivíduo em conflito é isolado como se não expressasse uma contradição, mas fosse ele mesmo a contradição, mais que isso, o culpado por sua existência. Enquanto isso, o alienado recebe o rótulo de “normal” (IASI, 2011, p. 37).

Destarte, as lutas em defesa de um modelo de educação pública democrática, pautada na laicidade, na liberdade de cátedra, é necessário se perpetuar e serem fortalecidas, na perspectiva da construção de um modelo de educação emancipatório. Como salienta o autor,

A defesa da escola pública, laica, gratuita, comprometida com o conhecimento científico, a liberdade de cátedra, o fortalecimento das políticas de cotas, o compromisso com um real universalismo em que caibam todos os rostos, as práticas antirracistas e contra as discriminações estarão na ordem do dia, sob risco de pesadas derrotas civilizatórias. Já foi destacada a existência de nichos no governo que, embora periféricos em relação ao bloco no poder, poderão avançar em suas pautas em virtude das conexões entre as suas bancadas e o bloco no poder, que não hesitará em fazer alianças para viabilizar as chamadas reformas (LEHER, 2019, p. 15)

Embora as ameaças da classe dominante persigam, de fato, o modelo de educação para todas as pessoas numa perspectiva inclusiva, em defesa da educação libertadora no modelo freireano, é necessário fortalecer o ensino voltado para a transformação social, nos termos de Freire e Shor (1986). Que nesse cenário crítico da educação pública, fortaleçamos os laços em defesa de que:

A educação libertadora não é um manual de habilidade técnica; é antes, porém, uma perspectiva crítica sobre a escola e a sociedade, o ensino voltado para a transformação social; [e que] a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra (FREIRE E SHOR, 1986, p. 17).

Vale salientar que o fortalecimento dos movimentos sociais em defesa da educação, bem como de estudantes são estritamente necessários, tendo em vista as



multiformes ações do sistema capitalista neoliberal, que busca pela precarização da educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Outrossim,

Por tradição e formação, tenderiam a estar no movimento em prol da educação pública, laica e científica, contudo podem se aproximar do núcleo ideológico na esfera doutrinária. A única variável que os defensores da educação pública podem controlar é a construção da unidade de ação, uma vontade política necessária para alterar a correlação de forças. **Isso está no âmbito das iniciativas dos diversos sindicatos, coletivos, partidos, movimentos sociais e setores da sociedade civil comprometidos com essa causa** (LEHER, 2019, p. 16, grifos do autor).

Portanto, o viés conservador que moraliza a educação e adentra no conceito em defesa da educação com neutralidade a partir da perspectiva da escola “sem” partido, constitui-se um dos aparatos repressivos para amedrontar as classes populares. Por isso:

Enquanto seres humanos conscientes, podemos descobrir como somos condicionados pela ideologia dominante. Podemos distanciar-nos da nossa época. **Podemos aprender, portanto, como nos libertar através da luta política na sociedade. Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! E por isso que podemos pensar na transformação.** (FREIRE E SHOR, 1986, p. 17, grifos do autor).

Porém, como Freire e Shor apontam, é necessário pensar na educação para a transformação. Não como agente “resolutivo” para todas as expressões da questão social, mas na perspectiva da construção de um modelo de sociedade justo, com equidade, democrático e com cidadania. Num modelo de educação pública para todas as pessoas, com perspectiva destas serem transformadas na perspectiva da construção de uma sociedade emancipada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública no Brasil faz parte de um projeto em disputa da classe dominante. A precarização, o sucateamento e as privatizações de escolas e universidades só refletem o quanto incomodam o aumento da taxa de lucro da burguesia. Além disso, compreendemos que as medidas antidemocráticas, que



respaldam no fortalecimento da ideologia dominante em que reprime o conhecimento crítico, com viés emancipatório, e a repressiva contra a consciência e formação crítica de estudantes também é fomentada pelo projeto dominante de Escola “sem” partido.

Tendo em vista que trata-se de um projeto fortalecido pelas bases sociais em nome da família patriarcal burguesa e da Igreja, o referido projeto com o discurso da “neutralidade”, é pautado na moralidade, em nome de não existir “doutrinação ideológica” nas escolas. É sabido que o fortalecimento ideológico no sistema capitalista neoliberal é de limitar o acesso às pessoas para construção hegemônica dominante, simplesmente para atender a educação restrita liberal para a venda da força de trabalho.

Desse modo, concebendo alguns aspectos supracitados, o fortalecimento da educação libertadora e emancipatória, nos termos freireanos, refletem o quanto é necessário não só o direito social à educação como descreve na constituinte, mas sua real implementação, especialmente na educação básica. Fortalecer as bases e construir lutas sociais juntamente com movimentos sociais e organismos sociais em busca da transformação societária, constitui um dever para alcançar e legitimar a educação pública com equidade, democracia efetiva, cidadã e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Elizabeth S.; MATOS, Maurílio Castro. **As duas faces da mesma moeda**: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 71-87.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: 2009.

CISNE ÁLVARO, M.; KUBIK TAVEIRA MANO, M. .; MARIA JANELLE CAVALCANTE DE OLIVEIRA, G. . Educação em tempos de escola “sem” partido: “a que será que se destina?” uma análise sócio-jurídico-feminista . **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 43, n.

PPGPP
30 ANOS

IOINPP
30 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM BELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias
CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3, p. 632–647, 2019. DOI: 10.5216/ia.v43i3.48945. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/48945>. Acesso em: 13 out. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **REVISTA PRAIA VERMELHA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra LTDA: Rio de Janeiro. 1967.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia** – O cotidiano do professor. Trad.: Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas, 2017. p. 17-34.

GUERRA, Yolanda; CARRARA, Virginia e MARTINS, Alcina Maria de Castro. Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital. **Revista Katálysis** [online]. 2022, v. 25, n. 3, pp. 570-584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86938> <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86945>. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86938>. Acesso em: nov. 2022.

LIMA, Bianca; CASTRO, Ana Paula. Recuperação do ensino pós-pandemia:: educação básica tem menor previsão orçamentária em 11 anos. **G1**, Brasília, 3 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/11/03/recuperacao-do-ensino-pos-pandemia-educacao-basica-tem-menor-previsao-orcamentaria-em-11-anos.ghtml>. Acesso em: 8 jun. 2023.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2ªed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. P. 11-47

LEHER, Roberto. **Apontamentos para a análise da correlação de forças na educação brasileira**: em prol da frente democrática. IN: Dossiê Educ. Soc.: Campinas, v. 40. 2019.

LIMA, Bianca e CASTRO, Ana Paula. <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/11/03/recuperacao-do-ensino-pos-pandemia-educacao-basica-tem-menor-previsao-orcamentaria-em-11-anos.ghtml> acesso em: nov. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**; 1818-1883; Trad.: Luis Claudio de Castro e Costa. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
30 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM BELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Disputas político-econômicas em torno da democratização educacional brasileira no século XXI. **Revista Katálysis** [online]. 2019, v. 22, n. 03, pp. 447-456. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p447>. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p447>. Acesso em: nov. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

